



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000098-31.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **ROBERTO APARECIDO GONÇALVES**
 Requerido: **Lojas Colombo Eletrodomesticos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

ROBERTO APARECIDO GONÇALVES ajuizou ação cautelar contra o **LOJAS COLOMBO ELETRODOMÉSTICO**, pedindo seja instado à exibição de documento cujo conhecimento necessita para exercício de eventual pretensão jurídica. Pediu também a interrupção do prazo prescritivo.

Citado, o requerido exibiu os documentos e alegou não ter existido pedido administrativo.

O requerente não se manifestou a respeito.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O requaerente não se manifestou a respeito dos documentos exibidos pela requerida, cuja razão social é outra, não Lojas Colombo.

Trata-se de um contrato de participação em grupo de consórcio e está acompanhado por extrato da quota e regulamento.

A lei não exige o prévio esgotamento de esfera administrativa.

TJSP, Apelação com Revisão nº 0002395-95.2010.8.26.0589, Rel. Des. WALTER CESAR EXNER, j. 24.04.2013:

Contrato de arrendamento mercantil. Ação cautelar de exibição de documentos. Interesse de agir que independe de prévio requerimento administrativo. Inteligência do art. 5º, XXXV da CF. Fumus boni iuris consistente no dever de ampla informação ao consumidor. Periculum in mora prejudicado pela satisfatividade

1000098-31.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

inerente à medida, embora fique evidenciado o dever do autor tomar as medidas cabíveis à defesa de seus direitos antes de decorrido o respectivo lapso prescricional. Resistência do réu à pretensão. Correta condenação ao pagamento de despesas processuais e honorários advocatícios. Verba honorária fixada com observância dos critérios legais. Recurso improvido.

APELAÇÃO - AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO - INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO - DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PEDIDO DE ENTREGA DO DOCUMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. Não há no ordenamento jurídico pátrio norma que determine a necessidade de esgotamento da esfera administrativa para a propositura de medida cautelar de exibição de documentos. **RECURSO IMPROVIDO NESTE PONTO (TJSP, APEL.Nº: 0000646-75.2012.8.26.0200, Rel. Des. Eduardo Siqueira, j. 17.04.2013).**

Também por isso a dispensa de exame do pressuposto processual, da lide cautelar, haja vista a satisfatividade do pedido. Com efeito, à vista dos documentos exibidos é que o requerente irá exercer eventual pretensão jurídica, ao passo que no momento seu interesse se limita em mero exame.

PRELIMINAR - Alegação de ausência de indicação da ação principal - Desnecessidade - Medida cautelar de natureza satisfativa - Não incidência do disposto no artigo 801, inciso III do Código de Processo Civil -Preliminar afastada (TJSP, Apelação nº 0001717-85.2011.8.26.0673, Rel. Des. Heraldo de Oliveira, j. 03/10/2012).

APELAÇÃO - AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO - DEVER DE EXIBIÇÃO CARACTERIZADO - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. No que tange ao fumus boni iuris, o documento cuja exibição se pleiteia trata-se de documento comum (contrato firmado pelas partes) e o Apelante, em atenção aos seus deveres de informação e transparência (CF, art. 5º, XIV e CPC arts. 844 e 845) tem a obrigação de exibi-lo, ainda mais porque é inerentes à própria atividade econômica por ele desempenhada. É desnecessário perquirir-se acerca do periculum in mora no caso vertente, já que, em se tratando de cautelar satisfativa, tal requisito deve ser mitigado. **RECURSO IMPROVIDO NESTE PONTO (TJSP, APEL.Nº: 0000646-75.2012.8.26.0200, Rel. Des. Eduardo Siqueira, j. 17.04.2013)**

Mas tendo ocorrido a exibição, sem litígio a respeito dos documentos em si, descabe condenação em verbas processuais.

Outrossim, a interrupção do prazo prescricional decorrente da própria lei, dispensável decisão judicial a respeito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

O objetivo do processo era a obtenção de certo documento. O requerido foi citado e o exibiu, atendendo a pretensão. Destarte, atendeu sua finalidade, despendendo qualquer outro provimento.

Diante do exposto, **acolho o pedido e julgo extinto o processo (Código de Processo Civil, artigo 269, inciso I).**

Faculto ao requerente a extração de cópia dos documentos.

Arquivem-se os autos.

Sem custas.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de março de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**